

NOVO GOVERNO / Texto da emenda constitucional para manter o Auxílio Brasil em R\$ 600 deve ser apresentado hoje. Problema, agora, é tentar convencer o Centrão, que resiste a estender a vigência para além do primeiro ano do governo Lula

Divergência na validade da PEC

» FERNANDA STRICKLAND
» FABIO GRECCHI

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição deve ser apresentada, hoje, no Congresso. Porém, apesar de estar praticamente decidido que o texto se referirá apenas ao Auxílio Brasil — que ficaria de fora do teto de gastos para que pudesse ser mantido o valor de R\$ 600 no próximo ano —, o tempo de duração ainda gera divergências. Interlocutores do Parlamento com a equipe de transição resistem à ideia de que a previsão de ultrapassar o limite de gastos vá além do primeiro ano do futuro governo.

O relator do Orçamento de 2023, senador Marcelo Castro (MDB-PI), é um dos defensores de que o texto da PEC valha para os próximos quatro anos. “Não vejo necessidade alguma de colocarmos um prazo de validade em uma medida social, que vai ter um impacto da mais alta importância na vida dos brasileiros mais pobres. Seria um desgaste e um risco desnecessários termos que fazer uma articulação política, todos os anos, para convencer os parlamentares do óbvio: a nossa responsabilidade social com os mais carentes”, observou.

A principal resistência a um texto para o Auxílio Brasil valendo para os próximos quatro anos é do Centrão. Na segunda-feira, o ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira — presidente licenciado do PP, um dos partidos que integram o bloco parlamentar —, considerou que estender a validade do texto para além do primeiro ano do governo Lula é diminuir a importância do Congresso eleito para a próxima legislatura.

“A questão de estender para quatro anos a atribuição do Congresso que termina não é só a usurpação de poder do Congresso que ainda nem começou. É a falta de critério democrático. Vivemos num sistema de reeleição. O mandato presidencial pode ser de oito anos. Por que então não definir políticas de quase uma década, já retirando as atribuições também do Congresso de 2027 que ainda nem foi eleito?”, criticou.

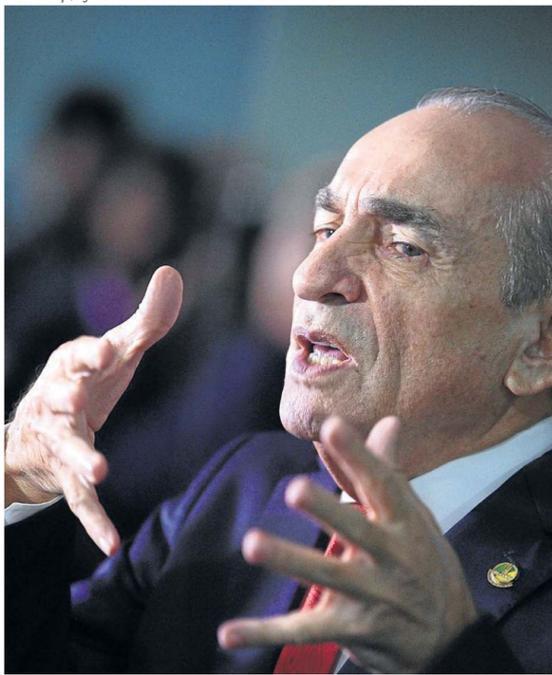
Para arredondar o conteúdo da PEC e tentar desfazer as resistências, integrantes da equipe de transição se reúnem, hoje, com lideranças dos partidos no Congresso. O senador eleito Wellington Dias (PT-PI), que tem feito a ponte entre o time do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o Legislativo, se mantém otimista com a aprovação da PEC, apesar das divergências sobre o prazo de validade.

“A gente excepcionaliza na Emenda Constitucional esse valor do programa Auxílio Brasil, ou Bolsa Família, como ele deve voltar a ser chamado”, explicou, na entrevista que concedeu, na noite de segunda-feira, ao programa *Roda Viva*, da TV Cultura.

Sem recursos

Segundo o senador, o governo de transição mapeou um conjunto de áreas que estão a descoberto de previsão orçamentária — ou seja, não estão previstos os recursos que deveriam atender esses setores. “O (atual) governo, na ânsia de fechar o ano com um superavit, colocou na lona todas as áreas. (Precisamos) abrir espaço para que tenhamos as condições de pagamento do Auxílio Brasil, o

Pedro França/Agência Senado



Relator Marcelo Castro defende que o texto valha para 4 anos de governo

valor necessário para que a partir de janeiro siga pagando o que se paga até dezembro, que é R\$ 600”, destacou. O principal objetivo da PEC é o de assegurar, imediatamente, promessas feitas pelo presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) durante a campanha — entre as quais o reajuste do salário mínimo acima da inflação.

Já está decidido que a PEC começará a tramitação pelo Senado, cujo rito é mais rápido do que na Câmara dos Deputados — onde o texto deve ser submetido à

análise de uma comissão especial, cujos integrantes são indicados pelos partidos. A ideia era aprovar a emenda até a próxima semana, mas, devido às dificuldades, esse prazo passou a ser considerado irreal.

Se for apresentada hoje, o presidente do Senado Rodrigo Pacheco (PSD-MG) deve decidir até o final desta semana quem relatará a PEC. Se aprovada na Casa, na Câmara deve ser pensada à PEC 24/2019, que já está na pauta de votações.

TCU defende programa

O Tribunal de Contas da União (TCU) entregará ao gabinete de transição montado pelo presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) um relatório esmiuçando seis benefícios de proteção social — que alcançaram, no ano passado, a cifra de R\$ 271 bilhões. De acordo com a avaliação dos técnicos da Corte, o benefício “mais eficiente” para o combate à pobreza é Bolsa Família, enquanto o abono salarial é o de “maior custo”.

Segundo o TCU, o acesso ao crédito “resultou no aumento do nível de emprego” nas empresas, mas “os efeitos positivos devem ser ponderados com o elevado volume de recursos orçamentários alocados”. O material será enviado pelo ministro Bruno Dantas, presidente em exercício do TCU, para o coordenador da transição governamental, Geraldo Aickmin (PSB). Em ofício de 8 de novembro, o vice-presidente eleito solicitou contribuições da Corte e acesso a relatórios e auditorias importantes para a transição.

O tribunal apresentará, também, um diagnóstico detalhado e setorizado de obras em andamento ou paradas. A Corte apontará uma lista com 29 “áreas críticas”, nas quais há riscos de fraude. Esses empreendimentos somam investimentos em torno de R\$ 39 bilhões.

As obras fazem parte de um conjunto de 34 fiscalizações realizadas pela equipe técnica do tribunal e que devem ser julgadas em breve, sob relatoria do ministro Aroldo Cedraz.

A chamada “Lista de Alto Risco” enumera problemas crônicos da administração pública identificados pelo TCU nos últimos cinco anos e que ainda não caminham para uma solução. A última atualização do relatório de fiscalização é de junho. De acordo com o tribunal, são 29 áreas que representam “riscos por vulnerabilidade a fraude, desperdício, abuso de autoridade, má gestão ou necessidade de mudanças profundas para que os objetivos das políticas públicas sejam cumpridos”.

Há problemas listados nas áreas de saúde, educação, transporte, benefício assistencial, contratação pública, segurança cibernética, obras paralisadas, políticas públicas de inovação, qualidade e transparência dos dados governamentais informatizados.

Contas

Dantas também encaminhará à equipe de Lula informações sobre o julgamento de contas de 2021 do presidente Jair Bolsonaro (PL). A sugestão da Corte, em parecer prévio, é que elas podem ser aprovadas com ressalvas.

Entre os problemas identificados, o tribunal destaca a execução do orçamento secreto, mecanismo criado pelo Palácio do Planalto com o Congresso Nacional para trazer o Centrão ao poder e dar sustentação ao governo Bolsonaro. Informações do TCU atestam a “falta de transparência do processo de alocação dos recursos orçamentários decorrentes das emendas de relator”.

É cartão Bradesco,
mas é conhecido por
**50% de desconto no cinema,
no refri e na pipoca.**



Entre nós,
você vem primeiro.

bradesco



Peça
seu
cartão.